



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Ata De Resultado De Julgamento

Processo Administrativo nº 127/2022.

Pregão Eletrônico nº 085/2022.

Objeto: “Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de vigilância convencional, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos a serem executadas de forma contínua nas dependências externa e interna das unidades e serviços administrados ou indicados pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde”.

Critério: menor valor global do serviço.

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, a Pregoeira devidamente designada efetuou o julgamento do pregão eletrônico em epígrafe. Após análise das propostas, dos lances e da habilitação das empresas, considerando os fatores de julgamento previstos em Edital de Embasamento e em conformidade com os documentos de análise técnica que se encontram anexados a esta ata, resolveu-se por:

No que diz respeito ao item 01: serviços de vigilância convencional, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos a serem executadas de forma contínua nas dependências externa e interna das unidades e serviços administrados ou indicados pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde., a classificação de propostas ficou conforme segue:

1º. Licitante: WOLF VIGILÂNCIA PATRIMONIAL - EIRELI.: resolveu-se por classificar sua proposta para este item uma vez que a empresa respeitou todas as condições editalícias, seja quanto a entrega de documentos, seja quanto aos requisitos técnicos, conforme os documentos de análise técnica em anexo. Marca: não se aplica, Valor: R\$ 2.924.500,0000, Quantidade: 1, Valor total: R\$ 2.924.500,0000.

Após o julgamento das propostas e dos lances ofertados, com base na classificação acima o Pregoeiro analisou os documentos relativos à habilitação e julgou habilitada a empresa: WOLF VIGILÂNCIA PATRIMONIAL – EIRELI

Total geral do pregão eletrônico nº: 085/2022: R\$ 2.924.500,0000.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Nada mais tendo a constar, esta ata foi assinada pela pregoeira e pela equipe de apoio.

Mirelle Pereira Fonseca
Pregoeira

Juliano Eugenio da Silva
Equipe de Apoio

William Cesar Barboza
Equipe de Apoio



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br



GADM ¹²³
R. Capitão Argemiro Monteiro Wanderley, 161
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130.160
(41) 3316-5900
contratosfeaes@feaes.curitiba.pr.gov.br

Memorando n.º 124/2022- GADM/ Feas

Curitiba, 27 de junho de 2022.


De: Gerência Administrativa de Contratos

Para: Comissão Permanente de Licitação/Feas - A/ Mirelle Pereira Fonseca

Referente: Pregão Eletrônico nº 085/2022 - Feas

Prezada,

Após análise das documentações apresentadas pela licitante **Wolf Vigilância Patrimonial Eireli**, quais sejam: Cópia do Alvará De Funcionamento; Certificado de Segurança atualizado; Autorização emitida pela Secretaria de Segurança Pública e atestado de capacidade técnica os quais estavam de acordo com os termos do Edital. Aproveito para salientar que, apesar de constar, no rol de documentos anexados, a planilha de composição de custos, esta não foi analisada. Desta forma, a empresa foi **classificada, com base nos documentos analisados.**


Janaina Barreto Fonseca
Gerente Administrativa Feas



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br



Licitação
Rua Cap. Argemiro Monteiro Wanderley,
161
Capão Raso – Curitiba/PR
81.312-170
3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Processo Administrativo n.º 127/2022- Feas

Memorando n.º 153/2022 – CPL

Curitiba, 27 de junho de 2022.

De: CPL/Feas.

Para: Assessoria Financeira Feas

Prezados,

Anexo seguem documentos referente à análise de proposta de preços e planilha de composição de custos do Pregão Eletrônico 085/2022- Feas.

Assim, aguardo retorno deste setor para dar continuidade aos demais trâmites.

Atenciosamente,

mfonseca
Mirelle Pereira Fonseca
Pregoeira



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Razão Social:		WOLF VIGILANCIA PATRIMONIAL EIREILI		
CNPJ		39.540.572/0001-07		
Endereço:		Rua Walter Pinati, 111, centro Loanda		
Telefone:		(44) 99171-4363		
Contato:		Guilherme Gustavo de Souza Gallo		
E-mail:		wolfvigilancia@hotmail.com		
CÓDIGO TASY	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR MÁXIMO MENSAL	VALOR MÁXIMO 12 MESES
221529	Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessários) das 13h às 01h	7	R\$ 69.976,27	R\$ 839.715,24
221530	Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessários) das 07h às 19h	7	R\$ 83.473,75	R\$ 1.001.685,01
221531	Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessários) das 19h às 07h	7	R\$ 90.258,31	R\$ 1.083.099,75
Valor Total para 12 meses				R\$ 2.924.500,00

IDENTIFICAÇÃO			
Razão Social:	WOLF VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI		
CNPJ:	39 540 572/0001-07		
Endereço:	Rua Walter Pinati, 111, centro Loanda		UF: PR
Telefone:	(41) 99171-4863		
Contato:	Guilherme Gustavo de Souza Gallo		
E-mail:	wolffvigilancia@hotmail.com		

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL			
Tributos			
C.1. Tributos Federais			
COFINS			3,00%
PIS			0,65%
C.2. Tributos Estaduais			
C.3. Tributos Municipais			
ISS	Local		%
	CURITIBA		2,50%

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO			
SINDESP/PR			
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO:			
NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: Convenção Coletiva 2022-2023 - SINDESP/PR			
Data Base da Categoria (dia/mês/ano)			01/fev

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES	
Salário Base - Vigilante - 12X 36 horas	R\$ 2.070,00
Periculosidade	R\$ 621,00
Auxílio Alimentação (vales, cesta básica, etc...)	R\$ 39,50
Auxílio Alimentação (vales, cesta básica, etc...) nas Férias conforme CCT 2022-2023	R\$ 39,50
Convênio Saúde	R\$ 105,24

MEMÓRIA DE CÁLCULO									
CÁLCULO VALE TRANSPORTE									
Localidade	VALOR	QTDE/DIA	QTDE/MÊS	TOTAL	SAÍRIO BASE	%	DESCONTO	CUSTO EFETIVO	
CURITIBA	R\$ 5,50	0	15	R\$ -	R\$ 2.070,00	6%	R\$ -	R\$ -	

VALE ALIMENTAÇÃO (12x36 Horas)				
VALOR	QTDE/DIA	TOTAL	%	CUSTRO EFETIVO
R\$ 39,50	15	R\$ 592,50	20,00%	R\$ 118,50
				R\$ 474,00

ADICIONAL NOTURNO (12x36)					
Categoria	Base de Cálculo	Divisor de Hora no mês	Valor da Hora	Cálculo Adicional 20%	Horas Noturnas
Vigilante 12 x 36 - Noturno	R\$ 2.691,00	220	R\$ 12,23	R\$ 2,45	105
					Cálculo Adicional 20%
					R\$ 256,87

INTRAJORNADA 12X36 (valor e referente 30 minutos indenizado conforme CCT Vigente)						
Categoria	Base de Cálculo	Divisor de Hora no mês	Valor da Hora	Percentual	Valor Hora Intraornada	Valor Mensal da Hora
Vigilância 12 x 36	R\$ 2.691,00	220	R\$ 12,23	50%	18,35	137,61
					7,5	

RELAÇÃO DE UNIFORME/COMPLEMENTO				
ESPECIFICAÇÃO	QTDE FORNC.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
	PERÍODO 30 MÊSES			
CALÇA EM TECIDO 100% ALGODÃO	3	R\$ 50,00	R\$	150,00
CAMISAS, MANGA CURTA, 100% ALGODÃO COM EMBLEMA DA	3	R\$ 45,00	R\$	135,00
CAMISAS, MANGA LONGA, 100% ALGODÃO COM EMBLEMA DA	3	R\$ 40,00	R\$	120,00
CINTO EM NYLON	1	R\$ 8,00	R\$	8,00
MEIA PRETA (PARES)	5	R\$ 4,00	R\$	20,00
COTURNO EM COURO PRETO	1	R\$ 49,00	R\$	49,00
JÁQUETA EM NYLON COM EMBLEMA DA EMPRESA	1	R\$ 120,00	R\$	120,00
PULOVER DE LÃ COM EMBLEMA DA EMPRESA	2	R\$ 60,00	R\$	120,00
Total			R\$	722,00
VALOR GLOBAL MENSAL			R\$	24,07

RELAÇÃO DE MATERIAL/EQUIPAMENTO				
ESPECIFICAÇÃO	QTDE FORNC.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	
	PERÍODO 30 MÊSES			
CRACHÁ CONTENDO NOME COMPLETO, FUNÇÃO, DATA DE	1	R\$ 15,00	R\$	15,00
LANTERNA RECARREGÁVEL	1	R\$ 35,00	R\$	35,00
LIVRO DE OCORRÊNCIA	1	R\$ 7,50	R\$	7,50
APITO COM CORDEÃO	1	R\$ 15,00	R\$	15,00
TONFA	1	R\$ 30,00	R\$	30,00
PORTA TONFA	1	R\$ 18,00	R\$	18,00
Total			R\$	120,50
VALOR GLOBAL MENSAL			R\$	4,02
VALOR MENSAL POR VIGILANTE			1	R\$ 4,02



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25/05/2017			
ANEXO VII D - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Licitação Nº:			
Data:			
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano):	22/06/2022	
B	Município/UF:	Loanda/PR	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	SINDESP/PR	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: Conversão Coletiva 2022-2023 - SINDESP/PR
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
	Tipo de Serviço	Posto	Quantidade total a contratar
	#REF!	Unidade	1
Mão de obra vinculada a execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço	Vigilante	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	2.070,00
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/02/2022	
Módulo 1: Composição da Remuneração			
	Composição da remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$	2.070,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$	621,00
B	Adicional Noturno(valçor referente das 22:00 as 01:00 horas)	R\$	110,09
	Subtotal	R\$	2.180,09
C	Intrajornada indenizada de 30 minutos	R\$	137,61
	Total	R\$	2.317,69
Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13ª (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual %	Valor (R\$)
A	13ª (décimo terceiro)	8,33%	R\$ 181,60
B	Férias	8,33%	R\$ 181,60
C	Adicional de Férias	2,78%	R\$ 60,53
	Total	19,44%	R\$ 423,74
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual %	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 520,76
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 65,10
C	SAT	3,00%	R\$ 78,11
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 39,06
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 26,04
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 15,62
G	INCRA	0,20%	R\$ 5,21
H	FGTS	8,00%	R\$ 208,31
	Total	36,80%	R\$ 958,21
Submódulo 2.3 - Benefícios mensais e diários			
2.3	Benefícios mensais e diários		Valor (R\$)
A	Auxílio -Refeição/Alimentação nas férias (Foi dividido o valor por 12 meses)	R\$	39,50
B	Auxílio -Refeição/Alimentação	R\$	474,00
C	Convênio Saúde	R\$	105,24
	Total	R\$	618,74
Módulo 3: Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão	Percentual %	Valor (R\$)



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

A	Aviso Prévio indenizado	0,42%	R\$	9,73	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	R\$	0,78	
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	R\$	0,23	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$	44,96	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	R\$	8,81	
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,05%	R\$	1,16	
Total		2,82%	R\$	65,67	
Módulo 4: Custo de Reposição do Profissional ausente					
Submódulo 4.1 - Ausências Legais					
4.1 Ausências Legais		Percentual %	Valor (R\$)		
A	Substituto na cobertura de Férias	1,61%	R\$	37,31	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,61%	R\$	14,14	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	R\$	0,93	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	R\$	0,46	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,12%	R\$	2,78	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências	0,00%	R\$	-	
Total		2,40%	R\$	55,62	
Módulo 5 : Insumos Diversos					
5 Insumos diversos		Valor (R\$)			
A	Uniformes		R\$	24,07	
D	material/Equipamento		R\$	4,02	
Total			R\$	28,08	
Total (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4)			R\$	4.467,75	
Módulo 6 : Custos Indiretos, Lucro e Tributos					
6 Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual %	Valor R\$		
A	Custos Indiretos (Taxa administração) <i>with the 6%</i>	1,94%	R\$	86,53	
		%	R\$	4.554,28	
B	Lucro (Percentual do lucro) <i>with the 6%</i>	3,00%	R\$	136,63	
			R\$	4.690,91	
C Tributos					
C.1. Tributos Federais					
	COFINS	3,00%	R\$	149,95	
	PIS	0,65%	R\$	32,49	
C.2 Tributos Estaduais					
C3. Tributos Municipais					
	ISS	2,50%	R\$	124,96	
		6,15%	R\$	530,55	
		0,9385	R\$	4.998,30	
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$	2.317,69	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	2.000,68	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	65,67	
D	Módulo 4 - Custo de reposição do Profissional Ausente	61,46%	R\$	55,62	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$	28,08	
Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$	4.467,75	
F	Módulo 6 - Custos indiretos, Lucro e Tributos (CITL)		R\$	530,55	
Valor total do empregado			R\$	4.998,30	
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de Serviço	Valor Proposto por empregado	Qtde. de empregado por posto	Valor proposto por posto	Quantidade de Postos	Valor Mensal Total do Serviço
#REF!	R\$ 4.998,30	2	R\$ 9.996,61	1	R\$ 9.996,61

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25/05/2017			
ANEXO VII D - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano):	22/06/2022	
B	Município/UF:	Loanda/PR	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	SINDESP/PR	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: Convenção Coletiva 2022-2023 -
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
	Tipo de Serviço	Posto	Quantidade total a contratar
	Vigilância desarmada Diurno de 12X36 de segunda a domingo - 07h as 19h	Unidade	1
Mão de obra vinculada a execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço	Vigilante	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$	2.070,00 ✓
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Vigilante	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	01/02/2022	
Módulo 1: Composição da Remuneração			
	1	Composição da remuneração	Valor (R\$)
A		Salário-Base	R\$ 2.070,00 ✓
B		Adicional de Periculosidade	R\$ 621,00 ✓
B		Adicional Noturno	
		Subtotal	R\$ 2.691,00 ✓
D		Intrajornada	R\$ 137,61 ✓
		Total	R\$ 2.828,61 ✓
Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
	2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual % Valor (R\$)
A		13º (décimo terceiro)	8,33% R\$ 224,16 ✓
B		Férias	8,33% R\$ 224,16 ✓
C		Adicional de Férias	2,78% R\$ 74,72 ✓
		Total	19,44% R\$ 523,04 ✓
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
	2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual % Valor (R\$)
A		INSS	20,00% R\$ 642,81 ✓
B		Salário Educação	2,50% R\$ 80,35 ✓
C		SAT	3,00% R\$ 96,42 ✓
D		SESC ou SESI	1,50% R\$ 48,21 ✓
E		SENAI - SENAC	1,00% R\$ 32,14 ✓
F		SEBRAE	0,60% R\$ 19,28 ✓
G		INCRA	0,20% R\$ 6,43 ✓
H		FGTS	8,00% R\$ 257,12 ✓
		Total	36,80% R\$ 1.182,77 ✓
Submódulo 2.3 - Benefícios mensais e diários			
	2.3		Valor (R\$)
A		Auxílio -Refeição/Alimentação nas férias (Foi dividido o valor por 12 meses)	R\$ 39,50 ✓
B		Auxílio -Refeição/Alimentação	R\$ 474,00 ✓
C		Convênio Saúde	R\$ 105,24 ✓

Total			R\$	618,74
Módulo 3: Provisão para Rescisão				
3	Provisão para Rescisão	Percentual %	Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio indenizado	0,42%	R\$	11,88
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	R\$	0,95
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	R\$	0,28
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$	54,87
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	R\$	10,75
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,05%	R\$	1,41
Total		2,82%	R\$	80,14
Módulo 4: Custo de Reposição do Profissional ausente				
Submódulo 4.1 - Ausências Legais				
4.1	Ausências Legais	Percentual %	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias	1,61%	R\$	45,54
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,61%	R\$	17,25
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	R\$	1,13
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	R\$	0,57
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,12%	R\$	3,39
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-
Total		2,40%	R\$	67,88
Módulo 5 : Insumos Diversos				
5	Insumos diversos		Valor (R\$)	
A	Uniformes		R\$	24,07
D	Material/Equipamento		R\$	4,02
Total			R\$	28,08
Total (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4)			R\$	5.329,26
Módulo 6 : Custos Indiretos, Lucro e Tributos				
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual %	Valor R\$	
A	Custos Indiretos (Taxa administração) <i>antes era 5%</i>	✓ 2,00%	R\$	106,59
			R\$	5.435,84
B	Lucro (Percentual do lucro) <i>antes era 5%</i>	✓ 3,00%	R\$	159,88
			R\$	5.595,72
C. Tributos				
C.1. Tributos Federais				
	COFINS	3,00%	R\$	178,87
	PIS	0,65%	R\$	38,76
C.2 Tributos Estaduais				
C3. Tributos Municipais				
	ISS	✓ 2,50%	R\$	149,06
		6,15%	R\$	633,15
		0,9385	R\$	5.962,41
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO				
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$	2.828,61
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	2.324,55
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	80,14
D	Módulo 4 - Custo de reposição do Profissional Ausente	61,46%	R\$	67,88
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$	28,08
Subtotal (A + B + C + D + E)			R\$	5.329,26
F	Módulo 6 - Custos indiretos, Lucro e Tributos (CITL)		R\$	633,15
Valor total do empregado			R\$	5.962,41



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de Serviço	Valor Proposto por empregado	Qtde. de empregado por posto	Valor proposto por posto	Quantidade de Postos	Valor Mensal Total do Serviço
#REF!	R\$ 5.962,41	2	R\$ 11.924,82	1	R\$ 11.924,82

3.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25/05/2017			
ANEXO VII D - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Licitação Nº:			
Data:			
A	Data da apresentação da proposta (dia/mês/ano):	22/06/2022	
B	Município/UF:	Loanda/PR	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	SINDESP/PR	NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: Converção Coletiva 2022-2023 -
D	Número de meses de execução contratual:	12	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de Serviço		Posto	Quantidade total a contratar
#REF!		Unidade	1
Mão de obra vinculada a execução contratual			
Dados para composição dos custos referentes a mão de obra			
1	Tipo de serviço		Vigilante
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 2.070,00 ✓
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		Vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)		01/02/2022
Módulo 1: Composição da Remuneração			
1		Composição da remuneração	
		Valor (R\$)	
A	Salário-Base	R\$	2.070,00 ✓
B	Adicional de Periculosidade	R\$	621,00 ✓
B	Adicional Noturno	R\$	256,87 ✓
		Subtotal	R\$ 2.947,87
D	Intrajornada	R\$	137,61 ✓
		Total	R\$ 3.085,48
Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1		13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
		Percentual %	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro)	8,33% ✓	R\$ 245,56 ✓
B	Férias	8,33% ✓	R\$ 245,56 ✓
C	Adicional de Férias	2,78% ✓	R\$ 81,85 ✓
		Total	R\$ 572,97
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições			
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições	
		Percentual %	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 704,17
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 88,02
C	SAT	3,00%	R\$ 105,63
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 52,81
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 35,21
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 21,13
G	INCRA	0,20%	R\$ 7,04
H	FGTS	8,00%	R\$ 281,67
		Total	R\$ 1.295,67
Submódulo 2.3 - Benefícios mensais e diários			
2.3		Valor (R\$)	

A	Auxílio -Refeição/Alimentação nas férias (Foi dividido o valor por 12 meses)		R\$	39,50	✓
B	Auxílio -Refeição/Alimentação		R\$	474,00	✓
C	Convênio Saúde		R\$	105,24	✓
Total			R\$	618,74	
Módulo 3: Provisão para Rescisão					
3	Provisão para Rescisão	Percentual %	Valor (R\$)		
A	Aviso Prévio indenizado	0,42%	R\$	12,96	✓
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,02%	R\$	1,04	✓
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,01%	R\$	0,31	✓
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$	59,86	✓
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,38%	R\$	11,72	✓
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,05%	R\$	1,54	✓
Total			R\$	87,43	
Módulo 4: Custo de Reposição do Profissional ausente					
Submódulo 4.1 - Ausências Legais					
4.1	Ausências Legais	Percentual %	Valor (R\$)		
A	Substituto na cobertura de Férias	1,61%	R\$	49,68	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,61%	R\$	18,82	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,04%	R\$	1,23	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,02%	R\$	0,62	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,12%	R\$	3,70	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$	-	
Total			R\$	74,05	
Módulo 5 : Insumos Diversos					
5	Insumos diversos		Valor (R\$)		
A	Uniformes		R\$	24,07	✓
D	Material/Equipamento		R\$	4,02	✓
Total			R\$	28,08	
Total (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4)			R\$	5.762,41	
Módulo 6 : Custos Indiretos, Lucro e Tributos					
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual %	Valor R\$		
A	Custos Indiretos (Taxa administração) <i>antes era 5%</i>	2,00%	R\$	115,25	
			R\$	5.877,66	
B	Lucro (Percentual do lucro) <i>antes era 5%</i>	3,00%	R\$	172,87	
			R\$	6.050,53	
C	Tributos				
	C.1. Tributos Federais				
	COFINS	3,00%	R\$	193,41	
	PIS	0,65%	R\$	41,91	
	C.2 Tributos Estaduais				
	C3. Tributos Municipais				
	ISS	2,50%	R\$	161,18	
		6,15%	R\$	684,61	
		0,9385	R\$	6.447,02	
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$	3.085,48	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$	2.487,37	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$	87,43	
D	Módulo 4 - Custo de reposição do Profissional Ausente	61,46%	R\$	74,05	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$	28,08	



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Subtotal (A + B + C + D + E)		R\$	5.762,41		
F	Módulo 6 - Custos indiretos, Lucro e Tributos (CITL)	R\$	684,61		
Valor total do empregado		R\$	6.447,02		
3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS					
Tipo de Serviço	Valor Proposto por empregado	Qtde. de empregado por posto	Valor proposto por posto	Quantidade de Postos	Valor Mensal Total do Serviço
#REF!	R\$ 6.447,02	2	R\$ 12.894,04	1	R\$ 12.894,04



PROPOSTA DE PREÇO


FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

WOLF VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, INSCRITA NO CNPJ Nº 39.540.572/0001-07, POR INTERMÉDIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL ABAIXO ASSINADO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 86747200 E CPF Nº 041.892.859-77, VEM RESPEISAMENTE DEMONSTRAR SUA PROPOSTA DE PREÇO.

CÓDIGO TASY	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR MÁXIMO MENSAL	VALOR MÁXIMO 12 MESES
221529	Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessários) das 13h às 01h	7	RS 69.976,27	RS 839.715,24
221530	Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessários) das 07h às 19h	7	RS 83.473,75	RS 1.001.685,01
221531	Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessários) das 19h às 07h	7	RS 90.258,31	RS 1.083.099,75
Valor Total para 12 meses				RS 2.924.500,00

- a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente licitação e se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.
- b) Declaramos ainda que nossa empresa não foi declarada inidônea nem se encontra suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- e) A validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no presente edital.

Loanda, 22 de Junho de 2022.


CLAUDEMIR MARTINS DA SILVA
Titular Pessoa Física
CPF: 041.892.859-27



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

06/07/22, 15:22

Zimbra

Zimbra

supervisacontabil@feas.curitiba.pr.gov.br

Fwd: Diligência PE 085/2022- Feas

De : Mirelle Pereira Fonseca
<mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br>

qua, 06 de jul de 2022 14:03

5 anexos

Assunto : Fwd: Diligência PE 085/2022- Feas

Para : Supervisao Contabil Feas
<supervisacontabil@feas.curitiba.pr.gov.br>

Cc : Denilson Blank <deblank@feas.curitiba.pr.gov.br>,
Contabilidade Feas
<contabilidadefeas@feas.curitiba.pr.gov.br>

Prezada,

Segue resposta da empresa Wolf.

Atenciosamente,



Mirelle Pereira Fonseca
Pregoeira
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5967 | feas.curitiba.pr.gov.br

De: "wolfvigilancia" <wolfvigilancia@hotmail.com>

Para: "Mirelle Pereira Fonseca" <mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br>, "guilhermegustavo77" <guilhermegustavo77@hotmail.com>

Enviadas: Terça-feira, 5 de julho de 2022 17:36:02

Assunto: RE: Diligência PE 085/2022- Feas

Boa Tarde

Conforme questionamento abaixo:

Na planilha com total R\$ 10.200,38 estou com dúvida no módulo 1
B - adicional noturno R\$ 110,09

O valor que encontrei foi maior. Solicito que a Wolf verifique o cálculo dessa planilha - adicional noturno - caso seja esse valor somente responder esse e-mail dizendo que está correto. Caso o valor mude enviar nova planilha com a correção.

R: Valor coloca esta correto conforme demonstração da memória de cálculo abaixo.
Salario base 2070,00 + Periculosidade 621,00 / 220 horas x 20% adicional noturno x 15 dias trabalhados x 3 horas
Noturnos (Valor aplicado na planilha seria das 22:00 as 01:00 da manhã)

Referente ao questionando dos tributos:

R: Segue em anexo planilha reajustada conforme esta na plataforma.

OBS: ALICOTAS DE TRIBUTOS ESTÁ CORRETA SOLICITAMOS UM PARECER PARA VERIFICAR QUAL ERRO FOI ENCONTRADO NA PLANILHA EM ANEXO.

https://webmail.curitiba.pr.gov.br/h/printmessage?id=783&tz=America/Sao_Paulo

1/3

06/07/22, 15:22

Zimbra

Documentos Anexados

Documentos Anexados

ATENÇÃO: O prazo para envio/alteração dos documentos estará disponível até 06/07/22 15:22

Nome do arquivo	Tipo	Data Envio	
 Proposta de Preço Reajustada.pdf	Proposta	21/06/22 às 20:41:09	
 Habilitação.rar	Proposta	21/06/22 às 20:42:22	
 Proposta Preço Reajustada.zip	Complementar	22/06/22 às 17:30:21	<input type="button" value="Excluir Anexo"/>

**GUILHERME GUSTAVO**

Sócio administrador

(44) 99171-4363

wolfvigilancia@hotmail.com

Rua Walter Pinati, jardim Florença, centro Loanda

Siga-nos:

**De:** Mirelle Pereira Fonseca <mifonseca@feas.curitiba.pr.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 5 de julho de 2022 15:21**Para:** wolfvigilancia <wolfvigilancia@hotmail.com>; guilhermegustavo77 <guilhermegustavo77@hotmail.com>**Assunto:** Diligência PE 085/2022- Feas

Prezados,

Durante a análise da planilha de composição de custos, surgiram algumas dúvidas.

Na planilha com total R\$ 10.200,38 estou com dúvida no módulo 1

B - adicional noturno R\$ 110,09

O valor que encontrei foi maior. Solicito que a Wolf verifique o calculo dessa planilha - adicional noturno - caso seja esse valor somente responder esse e-mail dizendo que está correto. Caso o valor mude enviar nova planilha com a correção

E de todas as planilhas estou com dúvida no módulo 6

Custos indiretos, lucro e tributos

O percentual dos impostos nas planilhas estão diferentes

Uma planilha está

COFINS 2,00%

PIS 0,40%

outra planilha





Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

06/07/22, 15:22

Zimbra

COFINS 2,40%
PIS 0,60%

Se a empresa puder explicar a variação do % dos impostos nas planilhas eu agradeço.

Para tanto abro o prazo de 24 horas pra apresentar resposta.

Atenciosamente,



Mirelle Pereira Fonseca
Pregoeira
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5967 | feas.curitiba.pr.gov.br



Modelo de assinatura e-mail 10 ANOS.jpg
14 KB



Planilha Reajustada Feaes 05-07-2022.xls
342 KB



NOTA EXPLICATIVA

Conforme questionamento abaixo:

Na planilha com total R\$ 10.200,38 estou com dúvida no módulo 1
B - adicional noturno R\$ 110,09

O valor que encontrei foi maior. Solicito que a Wolf verifique o cálculo dessa planilha - adicional noturno - caso seja esse valor somente responder esse e-mail dizendo que está correto. Caso o valor mude enviar nova planilha com a correção.

R: Valor coloca esta correto conforme demonstração da memória de cálculo abaixo.

Salário base 2070,00 + Periculosidade 621,00 / 220 horas x 20% adicional noturno x 15 dias trabalhados x 3Horas noturnas (Valor aplicado na planilha seria das 22:00 as 01:00 da manhã)

Referente ao questionando dos tributos:

R: Segue em anexo planilha reajustada conforme está na plataforma.

OBS: ALICOTAS DE TRIBUTOS ESTÁ CORRETA SOLICITAMOS UM PARECER PARA VERIFICAR QUAL ERRO FOI ENCONTRADO NA PLANILHA EM ANEXO.

Loanda 06 de Julho 2022



WOLF VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI
Claudemir Matins da Silva
RG: 8.674.720-0
CPF 041.892.859-27
Socio Adiminidtrador



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br



R. Lothário Boutin, 90
Pinheirinho – Curitiba/PR
CEP 81.110-522
(41) 3316-5911

Memorando nº 069/2022 – Assessoria Financeira - FEAS

Curitiba, 05 de julho de 2022.

De: Assessoria Financeira/FEAS.

Para: Licitação/FEAS

Ref.: Análise da planilha de composição de custos – P.E. 085/2022 – FEAS.

A Assessoria Financeira – Feas, solicitada análise da planilha de composição de custo P.E. 085/2022 da empresa WOLF VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI.

A planilha de composição de custos refere-se ao cargo Vigilante.

Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessário) da 13 h às 01 h
Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessário) da 07 h às 19 h
Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessário) da 19 h às 07 h

	Qtde de Postos	Valor por Colaborador	Valor máximo mensal
Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessário) da 13 h às 01 h	7	9.996,61	69.976,27
Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessário) da 07 h às 19 h	7	11.924,82	83.473,74
Vigilância desarmada de segunda a segunda (com os folguistas que se fizerem necessário) da 19 h às 07 h	7	12.894,04	90.258,31

As planilhas de composição de custo encaminhada pela Wolf estão corretas. Estão de acordo com a CCT 2022/2024 Sindesp/PR.

Os demais itens que compõe a planilha de custos como Insumos, Impostos, Taxa administrativo, lucro... etc estão corretos.

Atenciosamente


Valeria R. Soppa
Supervisora Contábil


Denilson Blank
Assessor Financeiro

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000324/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/02/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR007224/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.101002/2022-04
DATA DO PROTOCOLO: 22/02/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.906.810/0001-03, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE, CNPJ n. 78.232.774/0001-35, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE CASCAVEL E REGIAO, CNPJ n. 78.120.904/0001-48, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA , CNPJ n. 78.603.560/0001-28, neste ato representado(a) por seu ;

SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA, CNPJ n. 78.186.335/0001-33, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA, CNPJ n. 12.290.975/0001-80, neste ato representado(a) por seu ;

SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO, CNPJ n. 04.974.828/0001-00, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS VIGILANTES DE PATO BRANCO E REGIAO SEESVCPB, CNPJ n. 78.072.477/0001-70, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS EMPREG RAMO ATIV SEGUR PRIV EMPREG EMPRESAS SEGUR VIG SEGUR PESSOAL ORG AGENTE TATICO MONIT ELET CURSOS FOR ESPC VIG LOND E REGIAO, CNPJ n. 78.293.982/0001-44, neste ato representado(a) por seu ;

SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG, VIGILANCIA, SEG. PESSOAL, ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO, CNPJ n. 79.868.022/0001-28, neste ato representado(a) por seu ;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 78.905.700/0001-12, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolicitacao...> 22/02/2022

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, no plano da CNTC**, com abrangência territorial em PR.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Com vigência a partir de 1º.02.2022, ficam estabelecidos, com fundamento no art. 7º, inc. V (*piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho*) da C.F., combinado com o art. 1º (*vigilância armada e desarmada*) da Portaria nº 387, do Ministério da Justiça-DPF, publicada em 01.09.2006, os seguintes pisos salariais, para o cumprimento da jornada legal, assim:

03.1. Vigilante, exceto o que exerce funções na forma do item 03.3: R\$ 2.070,00;

03.2. Vigilante tático, assim entendido o agente móvel para atendimento de alarmes eletrônicos monitorados: R\$ 2.070,00;

03.3. Vigilante, lotado exclusivamente em residências, instituições religiosas, clubes e sociedades esportivas, farmácias, supermercados, hotéis, postos de gasolina e centros comerciais e construtoras e empreendimentos imobiliários: R\$ 1.444,19;

03.4. Monitor de segurança eletrônica: R\$ 2.070,00;

03.5. Segurança pessoal: R\$ 2.070,00, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.691,00;

03.6. Supervisor: R\$ 2.070,00, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 30% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.691,00;

03.7. Segurança bombeiro/brigadista: R\$ 2.070,00, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 25% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ 2.587,50;

03.8. Líder: R\$ 2.070,00, mais uma gratificação de função, a ser paga em rubrica própria, de 10% do referido valor, ficando desobrigado do pagamento da referida gratificação o empregador que pagar salário igual ou superior a R\$ R\$ 2.277,00;

03.9. Auxiliar de escritório: R\$ 1.278,16;

03.10. Piso salarial mínimo da categoria (inclusive, "office-boy"): R\$ 1.194,10;

Parágrafo primeiro: assegura-se o adicional de periculosidade (artigo 193 da CLT) de 30% a todos os vigilantes que exercem as funções descritas nos itens 03.1, 03.2, 03.3, 03.5, 03.7 e 03.8, por força do presente instrumento e independente do local de trabalho;

Parágrafo segundo: a gratificação referida nos itens 03.5 a 03.8 será paga enquanto o vigilante estiver exercendo as funções que a ensejam, podendo assim ser validamente cessado o seu pagamento, quando o empregado não as estiver desempenhando ou delas tenha sido remanejado, inclusive na hipótese de retorno à função de origem;

Parágrafo terceiro: a fixação do piso salarial descrito no item 03.3 leva em estima a menor extensão e complexidade do risco, ficando proibida, ainda que a título eventual por substituição, a sua alocação em postos de trabalho de outra natureza, sendo que os sindicatos representativos da categoria sugerem às empresas a preferência à contratação de vigilantes acima de 40 anos.

Parágrafo quarto: aos integrantes da categoria profissional, que possuam contrato de trabalho com empregadoras, que não pertençam à categoria econômica representada pelo sindicato patronal que subscreve o presente instrumento, e que mantenham sistema próprio de segurança e vigilância, fica assegurada a percepção do salário do vigilante acrescido de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo quinto: o vigilante, quando destacado para trabalhar em eventos (congressos, seminários, shows, campeonatos esportivos, exposições e feiras não permanentes e similares), receberá o valor da hora normal,

relativamente às 08 primeiras horas, quando não tiver cumprido sua jornada de trabalho, e como extras, se a tiver cumprido. O trabalho em eventos não descaracterizará qualquer regime de compensação de horas, previsto no presente instrumento, devendo as horas assim trabalhadas serem rubricadas como "hora extra evento".

Parágrafo sexto: os pisos salariais aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

À face da data-base da categoria profissional e no exercício do direito constitucional da livre negociação (art. 7º incisos V, VI e XXVI da C.F.), fica estipulado, na data-base de 01.02.2022, o reajuste total de 10,60% a incidir, nas proporções indicadas, sobre as parcelas e as rubricas seguintes:

- 8,07% índice de reajuste a ser aplicado sobre os pisos salariais estipulados na data-base anterior e aos salários não superiores a R\$ 3.802,21;
- R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) o valor do vale alimentação previsto na alínea "c" da cláusula 13, representando o reajuste de 19,41%;
- R\$ 195,29 o valor do convênio saúde, representando reajuste de 10,60%;
- 10,60% nas demais cláusulas econômicas.

Parágrafo primeiro: aos empregados admitidos após a data-base de 01.02.2022, a correção salarial será proporcional ao número de meses trabalhados.

Parágrafo segundo: às empresas é facultada a compensação de todos os reajustes concedidos, no período, sejam os compulsórios, sejam os espontâneos, exceto aqueles ressalvados na referida Instrução Normativa 01/TST.

Parágrafo terceiro: face ao reajuste pactuado, ficam integralmente recompostos os salários dos empregados abrangidos pelo presente instrumento, até 31.01.2022.

Parágrafo quarto: aos salários superiores a R\$ 3.802,21, em 01.02.2022, será aplicado o reajuste do item "a" supra, até tal valor, assegurada a livre negociação no que exceder.

Parágrafo quinto: em 01/02/2023, serão atualizados os valores expressos em reais da presente cláusula, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

O pagamento de salário, especialmente ao pessoal lotado no interior, poderá ser procedido pela empregadora mediante cheque, desde que este seja passível de pronta e instantânea compensação.

CLÁUSULA SEXTA - MORA SALARIAL

Os pagamentos dos salários mensais serão efetuados impreterivelmente na data estabelecida por lei, sob a pena de paga, em favor do empregado, de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia, limitada a 90 (noventa) dias, não se admitindo juros capitalizados, além das demais sanções legais.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Será fornecido obrigatoriamente, pelo empregador, comprovante de pagamento mensal, com a discriminação das verbas pagas e os descontos efetuados, incluindo o valor a ser recolhido ao FGTS, observado o parágrafo único do artigo 464 da CLT.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

As empresas farão adiantamento de cinquenta por cento do 13º salário, aos empregados que o requeiram, na forma e tempo legais.

CLÁUSULA NONA - 13º SALÁRIO

Fica assegurada a possibilidade de a empresa pagar o 13º salário em uma única parcela, aprazando-se, então, como data limite 14/12/2022 e 13/12/2023, ficando certo que a presente fixação não colide com o estabelecido na cláusula 8ª.

ADICIONAL NOTURNO**CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO**

O trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá acréscimo de 20% sobre a hora diurna.

Parágrafo único: considerar-se-á noturno o trabalho executado entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte.

OUTROS ADICIONAIS**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAIS**

Assegura-se ao vigilante a percepção do adicional de periculosidade ou adicional de insalubridade na forma e limites da lei e deste instrumento exclusivamente, ajustado que os percentuais incidirão sobre o salário-base e o salário mínimo legal, respectivamente.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE MERCADO**

Fica instituído o vale mercado, que não representará qualquer custo, direto ou indireto, à empregadora, equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do salário do trabalhador.

Parágrafo primeiro: a adoção do vale mercado, sem qualquer natureza salarial, pois integralmente suportado pelo empregado que o desejar, será obtida via acordo coletivo de trabalho, a ser estabelecido entre o Sindicato dos empregados e a empresa interessada, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da data de registro e depósito da presente convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo segundo: no mês de novembro, nos anos de 2022 e 2023, o vale mercado será equivalente a 50% do salário do trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO

Aos trabalhadores lotados no setor operacional, fica instituído o vale alimentação mediante as condições explicitadas na presente cláusula:

- o benefício não tem caráter salarial, não se integrando na remuneração do beneficiário para qualquer fim, direto ou indireto, decorrente da relação de emprego;
- é expressamente assegurado à empregadora descontar o equivalente a 20% do seu custo efetivo, na forma da legislação do PAT;
- o valor individual é fixado em R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos);
- a empresa fornecerá um vale por dia efetivamente trabalhado, inclusive nos dias destinados aos cursos de reciclagem;

e) os vales serão entregues, mediante recibo, quando do pagamento do salário mensal, iniciando-se, então, quando do pagamento do salário relativo ao mês de 02/2022;

f) exclui-se dentre os beneficiários da presente cláusula, o empregado que perceba alimentação "in natura", seja fornecida pela empregadora, seja pela tomadora dos serviços, inclusive por vales ou tíquetes, ficando ainda garantido ao trabalhador, a importância correspondente a R\$ 70,00 (setenta reais) por mês efetivamente trabalhado. No caso de fornecimento direto, pela empregadora ou pela tomadora, o desconto ficará limitado à metade do previsto na alínea "b".

Parágrafo primeiro: mediante acordo, entre empresa e sindicato profissional, será possível a substituição do vale alimentação pelo vale mercado, aplicando-se a este as mesmas condições previstas na presente cláusula, exceto a data de entrega que passará a ser entre os dias 15 e 18 do mês.

Parágrafo segundo: na hipótese de serviço esporádico fora da base, onde lotado o trabalhador, a empresa fornecerá a alimentação, por vale ou outra forma, além daquela referente ao vale aqui especificado, sendo que tal benefício é de caráter indenizatório.

Parágrafo terceiro: na hipótese de serviço RA (rendição de almoço), o vale alimentação aqui tratado é fixado em R\$ 22,24 (vinte e dois reais e vinte e quatro centavos) àquele que cumprir, na referida atividade, jornada de até 04 horas.

Parágrafo quarto: Ao empregado (inclusive aqueles descritos na alínea "f" do caput desta cláusula e trabalhadores em regime SDF), que não cometer qualquer falta ao serviço, justificadas ou não, o empregador deverá fornecer vales alimentação, em número correspondente ao número de dias habitualmente trabalhados, multiplicados por R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos), quando do gozo das férias correspondentes ao período aquisitivo iniciado a partir de 01.02.22, considerada a data base, aos fins de férias, de cada beneficiário. Ao empregado que cometer de 1 a 3 faltas ao serviço, justificadas ou não, o empregador descontará 10% (dez por cento) do valor total devido do vale alimentação nas férias; ao empregado que cometer de 4 a 5 faltas ao serviço, justificadas ou não, o empregador descontará 20% (vinte por cento) do valor total devido do vale alimentação nas férias; e, aos empregados com 6 ou mais faltas ao serviço, justificadas ou não, não farão jus à concessão do vale alimentação durante a fruição das férias. O benefício concedido nas férias não terá natureza salarial a qualquer fim. Já ao empregado regido pelo parágrafo 3º da presente cláusula, desde que atendido os requisitos de faltas ao serviço, fará jus ao vale alimentação durante as férias nas mesmas proporções ali estabelecidas e respectivamente, considerando o valor diário do vale de R\$ 22,24 (vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo quinto: Os valores do vale alimentação previsto na presente cláusula será reajustado, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ESTUDANTE

O empregado que faltar ao serviço, para prestar exame vestibular na cidade em que reside, terá sua falta abonada pelo empregador, desde que comprovada a sua participação nas provas.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONVÊNIO SAÚDE

Fica mantido, pelo presente instrumento normativo, o convênio saúde, no valor de R\$ 195,29 (cento e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos), cabendo à empresa, por empregado, uma contribuição mensal de R\$ 81,86 (oitenta e um reais e oitenta e seis centavos), e ao empregado a contribuição do valor restante, ficando expressamente autorizado o desconto salarial, em folha de pagamento, na rubrica, em favor do sindicato dos trabalhadores, conforme respectivas bases territoriais, visando a assistência médico-ambulatorial a ser por eles concedida, via convênios. Quando o empregado não cometer, no mês, falta ao serviço, seja justificada ou não, o valor a ser pago pela empresa, no mês seguinte, passará de R\$ 81,86 (oitenta e um reais e oitenta e seis centavos) para R\$ 105,24 (cento e cinco reais e vinte e quatro centavos), com a correspondente diminuição do encargo do empregado, ficando certo que o benefício aqui disposto não tem natureza salarial e não se integra ao contrato de trabalho para nenhum efeito.

Parágrafo primeiro: a contribuição aqui tratada deverá ser recolhida, pela empresa, até o 6º dia útil de cada mês subsequente, contado a partir de 02/2022, mediante guias próprias, a serem fornecidas pelos sindicatos, conforme respectivas bases territoriais.

Parágrafo segundo: fica instituída uma multa equivalente a 5% (cinco por cento) do piso salarial de vigilante, por mês e por empregado, no caso de descumprimento da presente cláusula.

Parágrafo terceiro: assegura-se aos sindicatos obreiros o prazo de até 30 (trinta) dias à inscrição dos novos admitidos, visando o início do fornecimento dos serviços médico-ambulatoriais, previstos na presente cláusula.

Parágrafo quarto: as empresas e empregados que já estavam cobertos por convênio saúde, previsto na presente cláusula, poderão, validamente, emigrar à condição nela prevista, sem que tal importe em alteração contratual, ou continuar no plano pré-existente observados os limites máximos de desconto aqui tratados.

Parágrafo quinto: as empresas farão a inclusão automática do trabalhador no referido convênio saúde, ficando assegurado ao mesmo o direito de ver-se excluído, cabendo exclusivamente a este, se assim deliberar, requerer, por escrito, perante o seu sindicato de classe. A exclusão só se concretizará após a liquidação de eventuais débitos do trabalhador, por utilização de eventuais serviços até a data do seu requerimento de exclusão, e depois de comunicado do seu sindicato à empresa empregadora, reafirmada a condição de que a exclusão do benefício dependerá sempre de formal e expressa manifestação do trabalhador perante a entidade sindical.

Parágrafo sexto: os valores previstos no caput da presente cláusula serão reajustados, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

A empresa concederá, em caso de falecimento de empregado, aos seus sucessores, assim declarados perante a Previdência Social, um auxílio funeral, equivalente a 06 (seis) salários mínimos, benefício este sem qualquer natureza salarial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA POR MORTE OU INCAPACIDADE

As entidades convenentes mantêm o benefício instituído através do instrumento depositado e registrado no MTE-DRT-PR, em 15.03.2010, sob nº MR000491/2010, regulador da assistência por morte ou incapacidade, atualizando-o por termo aditivo.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CRECHE

As empresas, legalmente obrigadas à manutenção de creche, poderão firmar convênio substitutivo, na forma da CLT, ou prestar auxílio creche, sem natureza salarial, na forma da norma respectiva.

Parágrafo primeiro: em caso de auxílio creche, este fica fixado, por filho, a partir de 01/02/2022, em R\$ 332,10 (trezentos e trinta e dois reais e dez centavos) sofrendo correção, a partir de então, na mesma forma atribuída ao salário da beneficiária, sendo que nesta exclusiva hipótese o benefício será estendido ao filho até atingimento da idade de um ano.

Parágrafo segundo: os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SEGURIDADE

Ao vigilante fica garantida indenização ou seguro de vida de acordo com a legislação vigente (Resolução CNSP 05/84, nos termos do art. 21 do Decreto 89.056/89), salvo existência de um seguro mantido pela empregadora no mesmo valor.

Parágrafo primeiro: caso o empregador mantenha seguro de vida em grupo, obrigatório por lei, não será permitido o desconto do mesmo no salário dos seus empregados.

Parágrafo segundo: as indenizações decorrentes dos seguros pagos exclusivamente pela empresa, desde que contratados por ela espontaneamente, expressamente excluídos os determinados por lei ou pela presente convenção coletiva, serão dedutíveis de quaisquer valores indenizatórios que sejam declarados pela empregadora ou empregado ou seus herdeiros.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CURSOS E RECICLAGENS

Os exigidos pelas empresas serão por elas custeados sem qualquer ônus para o empregado.

Parágrafo primeiro: em caso de rescisão do contrato de trabalho, no prazo de até 75 dias do término de validade do curso, as empresas se obrigam a pagar a reciclagem do empregado dispensado.

Parágrafo segundo: não se aplica a hipótese prevista no parágrafo anterior, nos casos de dispensa por justa causa, pedido de demissão e término da prestação de serviço pela empregadora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - REVISÃO DAS ARMAS

Obrigam-se as empresas a fazer revisão das armas dos vigilantes de seis em seis meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO INDICIADO

As empresas assegurarão assistência gratuita e necessária ao empregado que for indiciado em inquérito criminal ou responder ação penal, por ato praticado no desempenho de suas funções e na defesa do patrimônio do empregador ou de seus clientes, salvo se comprovadamente houver negligência do empregado no exercício de suas funções.

Parágrafo único: Na ocorrência de assalto no local onde o vigilante prestar serviços, este terá cobertura médica e psicológica, quando necessário, segundo laudo médico subscrito pelo médico da empresa e do convênio saúde, cabendo à empresa, enquanto perdurar a hipótese, custear o valor total do convênio saúde previsto na cláusula 15ª.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - SEGURO DESEMPREGO

Em caso de não fornecimento dos formulários de Seguro Desemprego, devidamente preenchidos, ao empregado demitido sem justa causa e que preencha os requisitos exigidos na legislação pertinente, a empresa será responsável pelo pagamento das quotas do Seguro Desemprego a que fizer jus o ex-empregado.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REGIME DE TRABALHO SDF

O vigilante admitido para cumprir o regime de trabalho SDF terá direito, a partir de 01.02.22, ao piso mensal de R\$ 837,37 (correspondente à multiplicação do valor hora do piso salarial da categoria, para jornada de 220 horas, ou seja, de R\$ 9,40 por 8 horas diárias normais multiplicadas por 9,5 (média dos sábados, domingos e feriados no ano calendário), acrescido do valor correspondente ao descanso semanal remunerado, totalizando entre horas normais e DSR, 89 horas/mês), mais os valores de R\$ 251,22 relativo ao adicional de periculosidade, mais os valores de R\$ 696,89, de horas extras (correspondente a 38 horas mensais, excedentes da 8ª diária), mais R\$ 134,05 de remuneração do intervalo intrajornada (relativo a 9,5 horas mensais – art. 71. Parágrafo 4º (CLT), e mais R\$ 116,14 a título de reflexos de horas extras no DSR, e R\$ 22,36 de reflexos do DSR, perfazendo, então, uma remuneração mensal de R\$ 2.058,03.

Parágrafo Primeiro: A Empresa deverá conceder recibo de pagamento de salário com a discriminação dos títulos e valores pagos, como aqui especificados, como também assim discriminar no contrato de trabalho e CTPS, observado o par. único do art. 464 da CLT;

Parágrafo Segundo: Fica instituído o regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), pelo qual as Empresas poderão admitir trabalhadores vigilantes, mediante contrato de trabalho, para que os mesmos desempenhem a jornada de trabalho de 12 horas diárias, nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos. No regime de trabalho SDF (sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), fica pactuada, estabelecida e legitimada a jornada de trabalho de 12 (doze) horas;

Parágrafo Terceiro: Fica expressamente acordado pelas partes que o desempenho pelo trabalhador na escala disposta na cláusula 5ª quando em atividades superiores a média de 9,5 dias de trabalho-mês, não acarretará o pagamento pela empregadora de horas extras, pois tais dias compensam-se em meses que o labor dos trabalhadores é inferior à média descrita anteriormente.

Parágrafo Quarto: O regime SDF não exclui a possibilidade do vigilante vir a cumprir cobertura de outras escalas, ficando certo que em tal ocorrência merecerá o recebimento das horas assim cumpridas como extras.

Parágrafo Quinto: As partes ficam expressamente acordadas que devido à peculiaridade do presente regime, os trabalhadores não poderão desempenhar seus descansos semanais remunerados nos domingos, nem usufruir folgas nos feriados, sendo que tais descansos serão compensados com as folgas decorrentes da semana, não acarretando, portanto, pagamento das horas em dobro ou horas extras a 100%.

Parágrafo Sexto: Havendo ponto facultativo, ou aqueles denominados "feriados" ponte, conforme a tradição e prática de cada localidade, o empregado merecerá o salário e reflexos proporcionais estabelecidos na cláusula 3ª, não se considerando tal situação como horas extraordinárias.

Parágrafo Sétimo: No regime de trabalho SDF o direito às férias anuais remuneradas seguirá o determinado correspondente ao disposto:

I- 14 (quatorze) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 4 (quatro) vezes;

II- 10 (dez) dias corridos, quando houver tido de 5 (cinco) a 6 (seis) faltas;

III- 06 (seis) dias corridos, quando houver tido até 7 (sete) faltas.

Parágrafo Oitavo: O empregado contratado sob o regime SDF que tiver mais de 07 (sete) faltas injustificadas ao longo do período aquisitivo terá o seu período reduzido à metade.

Parágrafo Nono: os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DEFICIENTE FÍSICO E APRENDIZ

Recomenda-se às empresas, sempre que possível, a contratação de deficientes físicos.

Parágrafo Único: Dada as especificidades da profissão de vigilante, conforme Lei Federal nº 7102/83, inclusive pelo uso de porte de arma e dependente de expressa autorização de seu exercício pelo Departamento da Polícia Federal, entre outras disposições normativas, fixam as categorias que, aos fins das cotas dos portadores de deficiência e menores aprendizes, serão considerados os empregos concedidos pela empresa no setor administrativo, excluído assim o operacional.

MÃO-DE-OBRA FEMININA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DIREITO DAS MULHERES

Às empregadas fica assegurada a igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CTPS

Serão anotados, na Carteira de Trabalho do empregado, a função exercida, o salário contratado e as comissões, se existentes, bem como o contrato de experiência com a respectiva duração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões contratuais dos empregados com mais de um ano de serviço, quando lotados em postos de serviços em raio de até 30 quilômetros da sede do sindicato laboral, deverão ser submetidas à assistência deste.

Faculta-se às empresas a mesma assistência, nas demais rescisões contratuais (empregados lotados em postos de serviços em raio de mais de 30km da sede do sindicato laboral) com tempo de serviço superior a um ano.

Em caso de rescisão contratual, o empregador se obriga a efetuar o pagamento das verbas rescisórias no prazo estabelecido em lei.

Parágrafo primeiro: independentemente das sanções legais, em caso de atraso no pagamento das quantias líquidas e certas, o empregador ficará obrigado a pagar juros de mora ao empregado à razão de 2% (dois por cento), por dia de atraso, limitada a 25 (vinte e cinco) dias, não se admitindo juros capitalizados.

Parágrafo segundo: as empresas se obrigam a pagar as despesas efetuadas pelo empregado, em caso de deslocamento fora da localidade onde presta serviço, quando chamado para o recebimento dos haveres rescisórios.

Parágrafo terceiro: na cessação do contrato de trabalho, todo empregado terá direito à remuneração das férias proporcionais, correspondentes a 1/12 por mês de serviço, salvo os que tenham sido despedidos por justa causa.

Parágrafo quarto: concedido o pré-aviso, este deverá obrigatoriamente contar: a) sua forma (se indenizado ou trabalhado); b) a redução da jornada de trabalho, nos termos exigidos pela lei.

Parágrafo quinto: nos casos de rescisão por justa causa, a empresa deverá obrigatoriamente fazer constar, na comunicação da mesma, a alínea do art. 482, da CLT, invocada, pena de, não o fazendo, não poder alegá-la em Juízo, presumindo-se injusta a despedida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - EMPREGADO SUBSTITUTO

O empregado admitido para jornada legal na função de vigilante, no lugar de outro dispensado sem justa causa, terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CERTIFICADO DE FORMAÇÃO

É vedado o exercício da profissão antes da conclusão do respectivo curso. Após, é livre o exercício profissional, sendo que as respectivas empresas, obrigatoriamente, deverão liberar os certificados de formação de vigilantes após os devidos registros.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA

As empresas pagarão todas as despesas feitas pelo empregado, inclusive mudança de móveis e transportes de dependentes, na hipótese de transferência para outra localidade que exija a mudança de domicílio do empregado, desde que a transferência ocorra por iniciativa do empregador ou por mútuo entendimento entre as partes.

Parágrafo único: em caso de transferência, o empregado fará jus ao pagamento do adicional de 25% (vinte e cinco por cento), na forma da lei.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

As empresas contribuirão, bimestralmente, a partir de março/22, em favor da categoria profissional, com o valor de R\$ 16,60 (dezesesseis reais e sessenta centavos) por empregado, destinado à formação do fundo de qualificação

profissional, objetivando, entre outras, a realização de cursos de inglês, informática básica, direito penal, direito previdenciário, direito do trabalho e reciclagem ao profissional desempregado associado, visando a melhor capacitação e produtividade dos componentes da categoria.

Parágrafo primeiro: O valor a recolher será quitado até o dia 15 do mês em que devido, na proporção de R\$ 4,15 à Federação e R\$ 12,45 à entidade sindical da respectiva base.

Parágrafo segundo: As empresas enviarão até o último dia dos meses de março, maio, julho, setembro, novembro e janeiro, os CAGEDs relativos ao mês anterior, diretamente à Federação profissional, cabendo a esta o encaminhamento ao sindicato correspondente à base territorial. O envio dos CAGEDs à Federação poderá ser realizado através do e-mail: coordcad@fetravispp.org.br.

Parágrafo terceiro: As entidades sindicais profissionais enviarão diretamente as empresas, até o dia 10 dos meses de abril, junho, agosto, outubro, dezembro e fevereiro, os boletos bancários com os valores devidos ao FUNDO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (tomando-se por base o número de empregados da empresa na base territorial da entidade sindical, conforme CAGED por CNPJ do mês anterior ao do pagamento), com vencimento no dia 20 ou primeiro dia útil subsequente dos meses aqui indicados.

Parágrafo quarto: Fica estipulada a multa equivalente no valor não recolhido por empregado, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula.

Parágrafo quinto: os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A empresa prestadora de serviço ficará desobrigada do pagamento do aviso prévio e indenização adicional (Lei nº 6708/79), na hipótese do término do contrato de prestação de serviços, pelo atingimento do seu prazo, quando o seu empregado, ali lotado, for contratado pela nova empresa prestadora de serviço, no mesmo posto. Mesmo no caso de não ser contratado, a indenização adicional não será devida, na medida em que a terminação do contrato de prestação de serviços da empregadora, pelo atingimento do seu prazo, não é considerada como atitude que obste o atingimento da data-base.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações: pré-aposentadoria: para o empregado que, comprovadamente, contar ou vier a contar com vinte e nove ou trinta e quatro anos de contribuição previdenciária e um ano de serviço na empresa, será garantido o emprego até a data que completar trinta anos da referida contribuição para aposentadoria proporcional ou trinta e cinco anos da referida contribuição para aposentadoria integral. A comprovação deverá ser feita, perante o empregador e por escrito, até 30 (trinta) dias após o implemento dos referidos requisitos, sob a pena da insubsistência da cláusula;

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - INTERVALO INTRAJORNADA

À face do contido no art. 611-A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DO TRABALHO

Ao empregado sem posto fixo de trabalho, o volante ou o coringa, será considerado como horário de início da jornada de trabalho aquele em que o mesmo tiver de comparecer à central, sede da empresa, ou local por ela determinado para que ele se apresente.

Parágrafo Único: Os empregadores, além dos controles de jornada previstos na CLT, poderão adotar quaisquer sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, inclusive de modo remoto e telemático, que deverão registrar os horários de início e término do trabalho, autorizada a pré-anotação do intervalo alimentar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA

Fica facultada às partes a adoção de regime de compensação de jornada, desde que atendidas às condições legais e as estabelecidas nesta cláusula (ressalvada expressamente a hipótese prevista na cláusula 37ª, pois objeto de tratamento normativo específico, regulando o regime de 12x36).

I - o horário de compensação, compreendendo horário de início, término e intervalo, deverá estar previsto em acordo individual firmado entre empregado e empresa ou acordo coletivo, neste caso homologado pelo Sindicato dos empregados;

II - a compensação deverá ocorrer dentro da mesma semana que tiver sido prorrogada a jornada;

III - a jornada diária, para efeito de compensação, poderá ser acrescida de duas horas no máximo, observada a carga diária normal de 08 horas e semanal de 44 horas;

IV - fica possibilitada adoção da denominada "semana espanhola", que alterna a prestação de 48 horas em uma semana e 40 horas em outra, mediante ajuste escrito entre empregado e empregador e desde que não se ultrapasse a jornada diária de 10 horas;

V - em qualquer hipótese adotada, serão garantidos os intervalos constantes dos artigos 66, 67 e 71, da CLT, somente sendo considerada "folga" o período de 35 (trinta e cinco) horas consecutivas de descanso;

VI - pela presente convenção coletiva de trabalho, e nos estritos termos legais, fica ainda a empresa autorizada a ajustar com o seu empregado o regime de compensação, previsto no art. 59, da CLT.

VII - considerando a peculiaridade da profissão de vigilante, inclusive quanto ao fardamento e a proibição de seu uso fora de serviço, estabelecem as partes que não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária variações de horário no registro de ponto não excedentes de dez minutos, observado o limite diário de vinte minutos;

VIII - a prorrogação do horário de trabalho, fundada na necessidade de cobertura do vigilante que não comparece para a rendição, ensejará o pagamento das horas extras, sem que tal hipótese desnature qualquer regime de compensação de horas estabelecido no presente instrumento;

IX - aos fins do inciso anterior, deverá a empresa comprovar o evento através dos controles de ponto dos respectivos vigilantes e boletim de ocorrência específico por eles também assinados, restrito ao mesmo posto de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - JORNADA DE 12X36

As entidades sindicais que firmam o presente instrumento, respaldadas pela manifestação expressa das categorias por elas legalmente representadas e com apoio no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, resolvem pactuar o regime de trabalho de 12x36 horas, mediante as condições seguintes: a) a jornada de trabalho dos vigilantes armados, desarmados e aos lotados no setor operacional, poderá ser pactuada no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso; b) o implemento do referido regime de trabalho fica legitimado pelo presente instrumento, cabendo ao empregado e empregador, de forma direta, ajustarem sua adoção; c) no regime aqui estabelecido, de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, não será devido o pagamento de hora extra, inclusive na semana em que for ultrapassado o limite de 44 horas semanais, à face da compensação; d) em face do presente instrumento fica estabelecido que, no regime de 12x36 - ainda que cumprido em horário noturno -, a hora será considerada normal de 60 (sessenta) minutos, garantido, sempre, o adicional noturno respectivo.

Parágrafo único: As partes convenientes respaldadas pela manifestação de suas respectivas categorias, e com apoio no art. 7º, incisos VI e XXVI, da Constituição Federal, deliberam, quanto ao regrado na alínea "d", da presente cláusula, que se submetem à decisão judicial proferida nos autos sob nº TRT-PR-AR-329/2001, já com trânsito em julgado.

FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FÉRIAS

A concessão de férias será participada ao empregado, por escrito, com antecedência de trinta dias, mediante recibo.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual a cada trabalhador, quando assim exigido pela legislação.

UNIFORME

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME

Em caso de exigência de uniforme, o custo deste será de responsabilidade do empregador, obrigando-se o empregado a devolvê-lo no estado em que se encontrar, no momento da rescisão do contrato.

Parágrafo primeiro: cada conjunto de uniforme conterà obrigatoriamente: uma jaqueta, duas camisas e duas calças.

Parágrafo segundo: o empregador fornecerá um par de sapatos, ou coturno, por ano, a cada trabalhador obrigado a usar uniforme.

Parágrafo terceiro: o uniforme deverá ser adequado ao clima, inclusive com adaptação do tecido utilizado.

ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas enviarão ao Sindicato dos empregados, conforme base territorial, cópias das comunicações de acidentes de trabalho enviadas ao INSS, até o 5º dia da emissão da CAT.

RELAÇÕES SINDICAIS REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE QUE PERMANECE NA EMPRESA

Sem perda do posto de trabalho efetivo, os dirigentes sindicais eleitos serão liberados por até 14 (catorze) dias, sucessivos ou alternados, a cada período de 12 (doze) meses, sem prejuízo dos seus salários, para que possam comparecer em assembleias, congressos, cursos e negociações coletivas da categoria, desde que haja comunicação prévia.

GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL

Fica assegurada a estabilidade provisória de dirigente sindical, para os membros efetivos e suplentes das diretorias de sindicato profissional, desde que o respectivo sindicato comunique a empresa, dentro de 72 (setenta e duas) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do empregado e, em igual prazo, a sua eleição e posse.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADES SINDICAIS

As empresas procederão aos descontos, em folha de pagamento, a critério dos Sindicatos de empregados, mediante autorização escrita do trabalhador, ficando obrigadas a fazer o repasse, para a entidade sindical beneficiada, no primeiro dia útil após o pagamento do salário.

Parágrafo primeiro: as empresas encaminharão, mensalmente, para o Sindicato ou associação profissional de empregado, relação nominal dos associados que tiveram desconto da mensalidade, em folha de pagamento, bem como dos empregados desligados, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do pagamento do salário.

Parágrafo segundo: a empresa que tiver que remeter numerário proveniente de mensalidade à entidade sindical com base territorial diversa da sua matriz, deverá fazê-lo de forma antecipada, por remessa postal, a fim de que o valor devido seja recepcionado até o prazo acima pactuado.

Parágrafo terceiro: fica estipulada multa de 30% (trinta por cento) do valor devido, no caso da empresa não observar o prazo de repasse fixado no "caput" da presente cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Tendo em vista a inexistência atual de qualquer imposto ou taxa para a manutenção da atividade de representação sindical e do seu trabalho em defesa da categoria profissional, nos termos do aprovado nas assembleias dos trabalhadores, e visando atender ao princípio de que a toda prestação deve corresponder uma contraprestação, durante o período compreendido pela vigência desta Norma Coletiva (CCT), serão devidas por cada empregado integrante da categoria profissional e beneficiado por este instrumento normativo, as seguintes contribuições negociais/assistenciais em favor das entidades sindicais profissionais representativas e manutenção do sistema confederativo, sendo garantido aos não associados que assim desejarem, o direito de oposição fundamentada e individual, tudo de acordo com as condições que seguem:

Aos Sindicatos Profissionais de **Curitiba, Cascavel, Londrina, Foz do Iguaçu e Paranaguá:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na suas bases de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial mensal de R\$ 12,00 (doze reais), em todos os meses do contrato de trabalho, com exceção do mês de julho de cada ano, o qual corresponderá a 1,5% da remuneração do trabalhador, sendo estas revertidas à Federação Profissional. Os valores a serem descontados mensalmente pelos empregadores serão repassados à entidade sindical respectiva;

Ao Sindicato Profissional de **Ponta Grossa, Maringá, Umuarama e Pato Branco:** durante o período compreendido pela vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, será devida por todos os empregados, integrantes da categoria profissional na sua base de representação e beneficiados pelo instrumento normativo, a contribuição assistencial/negocial a ser paga em seis parcelas (três a cada ano), sendo quatro correspondente a 3% (três por cento) da remuneração do trabalhador, a serem descontados nos meses de maio e agosto de cada ano (2022 e 2023), pelos empregadores e repassados à entidade sindical respectiva, e duas no percentual de 1,5% da remuneração do trabalhador, a ser descontada no mês de julho de cada ano, sendo estas revertidas à Federação Profissional;

Parágrafo Primeiro: Estipula-se que a obrigação das empresas estabelecida nesta norma coletiva, compreende apenas o compromisso de recolher e repassar as contribuições fixadas pelas assembleias dos empregados da categoria beneficiados pela norma, sem qualquer participação, interferência ou responsabilidade quanto ao ato de criação e fixação das referidas contribuições; sendo que, dessa forma, obrigam-se as empresas a recolher as contribuições profissionais aos sindicatos e Federação respectivos, no máximo até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto de cada parcela e no caso de atraso, as empresas ficam obrigadas a pagar o montante corrigido monetariamente pelo INPC - IBGE, acrescido de multa de 5,0% (cinco por cento) e juros de 1,0% (um por cento) ao mês ou fração até o dia do efetivo pagamento, sem prejuízo de outras cominações.

Parágrafo Segundo: No mesmo prazo previsto para o recolhimento/repasse acima, obrigam-se as empresas a fornecer às Entidades Sindicais respectivas, a relação completa dos empregados a que se refere o valor descontado, sob pena de incorrerem em multa de 5% incidente sobre o total devido a título de recolhimento/repasse.

Parágrafo Terceiro: A entidade sindical credora poderá utilizar-se de cobrança judicial contra a empresa inadimplente ou em atraso, assim como tomar as medidas judiciais cíveis e criminais cabíveis contra eventual apropriação indébita, e bem assim tomar as medidas adequadas com respaldo jurídico para repelir o cerceio ao livre exercício da atividade sindical e eventual abuso de poder econômico; tudo com base em estritos fundamentos legais.

Parágrafo Quarto: A fundamentação do pedido de oposição às contribuições, que passa a ser aqui exigida, encontra motivação no fato de que a entidade sindical necessita ter ciência das razões pelas quais o beneficiado pela norma coletiva firmada se recusa a contribuir, mesmo tendo ciência de que a contribuição é a única forma do

não associado efetivamente contribuir para a manutenção do sistema de proteção que o ampara e acresce direitos à esfera jurídica de sua categoria.

Parágrafo Quinto: Qualquer alteração legislativa ou regulamentação acerca da matéria em questão que venha a ocorrer na vigência da presente norma coletiva, implicará na análise sobre a eventual necessidade de revisão desta Cláusula.

Parágrafo Sexto: As eventuais oposições individuais, devidamente fundamentadas dos não associados/filiados serão recebidas até o dia 10 do mês relativo à cobrança, mediante protocolo pessoal de documento escrito de próprio punho na sede do sindicato.

Parágrafo Sétimo: os valores aqui definidos serão reajustados, em 01/02/2023, com o INPC acumulado do período de 01/02/2022 a 31/01/2023.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA DE REVERSÃO PATRONAL

As empresas representadas pelo sindicato patronal, associadas ou não, recolherão o valor equivalente a quatro pisos salariais do vigilante, à conta de contribuição assistencial. O valor deverá ser recolhido até o 5º dia útil de abril/2022 e 2023, mediante guias próprias a serem fornecidas pela entidade sindical patronal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

As empresas de Segurança Privada do Estado Paraná deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, inclusive decisão da assembleia geral da categoria econômica, cujo valor, também determinado em assembleia da FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, vinculado ao porte da empresa de acordo com a quantidade de empregados existentes na empresa em dezembro de 2021, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF, será: O resultado da multiplicação do número de vigilantes por R\$ 13,00 (treze reais), sendo que o valor encontrado deverá ser pago em parcelas, com vencimento em 30/07, 30/08, 30/09 e 30/10/22, ou primeiro dia útil subsequente. Ainda à conta do ano de 2022, igual valor, sobre o quantitativo em dezembro de 2021, a ser pago em parcelas vencíveis nos mesmos dias e mês do ano de 2022.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas remeterão ao sindicato patronal, no prazo máximo de 30 dias, após o mês de referência da contribuição, a cópia da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical – GRCS quitada.

Parágrafo único: O Sindicato Patronal encaminhará ao Ministério do Trabalho a relação das empresas que não comprovaram recolhimento da Contribuição Sindical através do encaminhamento da cópia da guia GRCS, até o 15º dia útil do mês subsequente ao vencimento.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - NORMAS MAIS VANTAJOSAS

As cláusulas dos contratos individuais de trabalho, bem assim as decorrentes de acordos coletivos de trabalho, quando mais benéficas ao empregado, prevalecerão sobre a presente convenção coletiva e na interpretação desta ou de legislação vigente. Havendo dúvidas, a decisão a ser adotada será a que for mais benéfica ao trabalhador.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIAÇÃO PRIVADA DOS CONFLITOS

Fica instituída a mediação privada dos conflitos individuais e coletivos, que atuará por uma comissão composta por 01 (um) representante do SINDESP e 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores, atuando na base territorial estadual, para acompanhamento de eventuais conflitos individuais e coletivos entre empresas e seus empregados, objetivando a sua solução e evitando ajuizamento de ações trabalhistas contra as empresas associadas ao SINDESP.

Parágrafo primeiro: quando da homologação da rescisão contratual, o sindicato de trabalhadores conveniente comunicará possíveis irregularidades cometidas no pagamento das verbas rescisórias, bem como eventuais diferenças decorrentes do extinto contrato de trabalho, para regularização dos valores, aplicando-se ao feito o preceito estabelecido no enunciado 330 do TST, evitando-se assim demandas desnecessárias.

Parágrafo segundo: as Comissões de Conciliação Prévia, instituídas pelas partes signatárias da presente convenção, ficam mantidas, na forma do instrumento lavrado em 16.05.2000 e regularmente depositado e registrado na DRT-Pr., em 22.05.2000, sob nº 46212.009388/00-01, pelo tempo de vigência da presente CCT. No prazo de 30 dias, as partes fixarão o local, dias e horários de funcionamento, lavrando termo escrito.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO

Faculta-se o estabelecimento de SESMT coletivo, implementado por Acordo Coletivo de Trabalho ou diretamente entre as entidades sindicais em instrumento específico.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA E PENALIDADES

Fica estabelecida multa equivalente a meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do prejudicado, pelo descumprimento de uma das seguintes cláusulas: 03 (três), 04 (quatro), 20 (vinte), 41 (quarenta e um) e 45 (quarenta e cinco), a partir de 1º.02.2022. Especificamente para o item 03.3, a multa equivalerá a dois pisos salariais do vigilante nela tratado. Às demais cláusulas, excetuadas aquelas que já tragam multa própria, em caso de descumprimento, fica instituída a multa no importe de meio piso salarial normativo do vigilante, em favor do empregado, por descumprimento. Para que tal multa seja exigível se faz necessário que haja comunicação ao empregador para que este, em 48 horas, improrrogáveis efetue as respectivas regularizações em caso de ainda estarem vigentes os respectivos contratos de trabalho, possibilitando a regularização.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Por ocasião da entrega da RAIS, as empresas enviarão cópia ao Sindicato dos empregados. Ainda, a cada três meses, contados de 1º.02.2022 e durante toda a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas enviarão cópia da comunicação a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei 4923/65, relativamente a todos os meses componentes do trimestre, apazando-se a tanto até o 5º dia após o prazo legal àquela entrega. Ante o contido na cláusula 24, do presente instrumento, as empresas também comunicarão o número de empregados envolvidos no regime SDF.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DIREITO DE AFIXAÇÃO

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, as empresas colocarão, em local de fácil acesso aos trabalhadores, quadro de avisos, para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, desde que autorizados pelas empresas.

Parágrafo único: Comprometem-se as partes a divulgar os termos dos mesmos a seus representados, empregados e empregadores.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CLAUSULAÇÕES ESPECIAIS

As entidades que firmam o presente instrumento comprometem-se, no prazo de 90 dias, contado a partir de 01.02.2022, após discussão com a categoria profissional, a discutir sobre as seguintes questões, objetivando inseri-las em acordo coletivo de trabalho: a) redução da multa por despedida imotivada do FGTS, nos casos de perda do contrato pelo empregador, sendo o trabalhador transferido mantido por outra empresa no mesmo posto de serviço, com garantia de emprego por no mínimo 90 dias; b) obrigação patronal de arcar com a sua cota-parte no "convênio saúde", tratado na cláusula 15, independentemente da vinculação do seu trabalhador; e) estabelecimento do regime especial de trabalho de 5ª a sábado e feriados em estabelecimento noturnos, nos moldes do já preexistente regime SDF; c) trabalho intermitente referido na Lei nº 13.467/17 e Medida Provisória

nº 808/17; d) adoção de regras e contraprestação para o trabalho em "eventos"; e) termo de quitação anual; f) vale alimentação para trabalhadores com jornada de até 6 (seis) horas.

Parágrafo único: Considerando a data do encerramento da presente negociação, ajustam as partes que todas e quaisquer diferenças de verbas, dadas como devidas a partir de 01/02/2022, poderão ser pagas pelas empresas juntamente com os salários de março/22, sem qualquer acréscimo de juros ou multa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - PLANILHA DE CUSTOS

O Ministério do Trabalho e Emprego, através de sua Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, no Estado do Paraná, conforme Portaria nº 37/2004, publicada no DOU, de 11.05.2004, mantém a Câmara Técnica de Regulação dos Serviços Terceirizáveis, que disponibiliza a planilha de custos mínimos legais, observando inclusive as obrigações decorrentes das convenções coletivas de trabalho, que envolvem empregados e empresas de segurança privada no Estado do Paraná. Assim, todas e quaisquer contratações de serviços de segurança, sejam públicas ou privadas, deverão observar a metodologia e os custos mínimos legais fixados pelo órgão referido na Portaria 37/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE

As empresas deverão, obrigatoriamente, apresentar em procedimentos licitatórios, promovidos pela administração pública, e contratações privadas, certidões de regularidade, expedidas pelo sindicato patronal e sindicato laboral, conforme base territorial.

Parágrafo único: para a obtenção das certidões, a empresa deverá comprovar, com antecedência e no ato do seu requerimento, sua regularidade no que tange às contribuições sindicais, cabendo às entidades sindicais a expedição do documento em até 48 horas do protocolo.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - REVOGAÇÃO

À face da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica revogado o instrumento registrado no MTE em 20/02/2020 sob nº **13068.101872/2020-11**.

JOAO SOARES
PRESIDENTE
FEDERACAO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS ENQUADRADAS NO TERCEIRO GRUPO COMERCIO E
EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVICOS DO ESTADO DO PARANA

JOAO SOARES
PRESIDENTE
SINDICATO EMPREG EMPRESAS SEG VIGILANCIA, TRANS VALORES SEG PESSOAL ORGANICA ESC ARMADA AG
TATICO E MONIT CURSO FORM ESP VIGI E SIMIL DE CURITIBA E RE

RUI ALEXILEIDE DIAS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS VIGILANTES DE CASCAVEL E REGIAO

EDSON LUIZ RIBEIRO RAMOS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMP DE EMP DE SEGURANCA E VIG DE P GROSSA

ADENILSON APARECIDO DA SILVA



PRESIDENTE
SIND DOS EMPR DE EMP DE SEGURANCA E VIGILANCIA DE MGA

EDSON DAVID COELHO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS VIGILANTES DE PARANAGUA-PARANA

CARLOS ALBERTO DE SOUZA RAMOS
PRESIDENTE
SINDSFOZ - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO RAMO DE ATIVIDADE DA SEGURANCA PRIVADA E EMPREGADOS
EM EMPRESAS DE SEGURANCA, VIGILANCIA, SEGURANCA PESSO

ALAOR DE JESUS MACHADO DOS SANTOS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS VIGILANTES DE PATO BRANCO E REGIAO SEESVCPB

ORLANDO LUIZ DE FREITAS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMPREG RAMO ATIV SEGUR PRIV EMPREG EMPRESAS SEGUR VIG SEGUR PESSOAL ORG
AGENTE TATICO MONIT ELET CURSOS FOR ESPC VIG LOND E REGIAO

ADALBERTO ALVES PEREIRA
PRESIDENTE
SIND. DOS EMP. DO RAMO DE ATIV. DA SEG. PRIVADA E EMP. EM EMPRESAS DE SEG. VIGILANCIA, SEG.
PESSOAL, ORGANICA, AGENTE TATICO E MONIT. ELETRONICO

ALFREDO VIEIRA IBIAPINA NETO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO PARANA

ANEXOS
ANEXO I - ATA CURITIBA - FETRA E SINDICATO

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA CASCAVEL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - ATA PONTA GROSSA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - ATA MARINGA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - PARANAGUÁ



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Mediador - Extrato Convenção Coletiva

Page 18 of 18

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VI - FOZ DO IGUAÇU

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VII - PATO BRANCO

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO VIII - LONDRINA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IX - UMUARAMA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?nrSolicitacao...> 22/02/2022